

CARLOS ALBERTO CAÓ

Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barretto Briso

Data da entrevista: 10/09/2008

Qual o seu nome completo, data e local de nascimento?

Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos. Nascido em Salvador, filho da costureira Martinha Oliveira dos Santos e do marceneiro Themístocles de Oliveira dos Santos. Isso se deu no dia 24 de novembro de 1941. É a data do meu nascimento.

Como você vem parar no Rio de Janeiro?

Eu saí de Salvador... Eu diria que eu fui "convidado" a me retirar de Salvador. Isso era 1964. Eu acabava de ser eleito, estava no exercício do cargo de presidente da União dos Estudantes da Bahia, a entidade que reunia os estudantes universitários. Vem o golpe militar e eu nessa posição, de tal maneira que, em determinado momento, minha mãe foi surpreendida com um ato de discriminação. Uma pessoa muito amiga nossa disse pra ela: "Miúda!" - o nome [apelido] da minha mãe era Miúda - "Se alguém perguntar pelo seu filho, não diga onde ele está. Eles não podem saber, senão vão eliminar o seu filho" "Mas, Fulana, por que você diz isso de meu filho? Por que tudo isso contra o meu filho? Meu filho fez as mesmas coisas que seus filhos fizeram, inclusive se reuniam aqui em casa, faziam faixas." "Mas o problema, Miúda, é que seu filho era um negro que ousou liderar os brancos". Então, depois dessa, escondido lá da polícia, eu peguei um ônibus e vim morar no Rio de Janeiro.

Você chega ao Rio de Janeiro e você logo se envolve com o jornalismo?

Como é essa história?

Bem, eu chego ao Rio de Janeiro e procuro pelos meus amigos estudantes da época da União Nacional de Estudantes, porque no período de 1962 a 1963 eu tinha sido eleito e exerci o mandato de vice-presidente de Intercâmbio Internacional da UNE. Então, eu procuro os meus amigos aqui e ali, começamos aí algumas atividades. Para sobreviver - já que eu não tinha emprego, não tinha nada - me envolvi com corretagem de imóveis, me envolvi até para poder vender uma planta, uma

semente, vinda de Jerusalém, até isso eu vendi. E aí, como eram pessoas ligadas também ao jornalismo, eu terminei me interessando em fazer um teste no jornal *Luta Democrática*. Aí eu entro no jornalismo.

Como era a *Luta Democrática*?

Era um jornal que se costumava dizer: “se espremer, sai sangue”. Era dedicado ao crime, às coisas estapafúrdias que aconteciam na sociedade do Rio de Janeiro.

E ele pertencia a quem?

Tenório Cavalcanti era o dono da *Luta*...

Como ele era?

Tenório foi famoso no Rio de Janeiro. Ele vivia em [Duque de] Caxias. Era um grande pistoleiro. Mandante. Era conhecido por ter uma espingarda que ele levava, que chamava “Lurdinha”. A Lurdinha de Tenório Cavalcanti.

E ele freqüentava a redação da *Luta*?

Na época em que eu estive lá não, já não freqüentava. Mas ele era homem de ir para a redação da *Luta*...

A redação da *Luta* ficava onde?

Ficava na [Avenida] Presidente Vargas [no Centro do Rio].

E você fazia o que lá?

Num jornal dedicado à cobertura policial, ao sangue, eu era o repórter político da *Luta*. E, por isso, várias vezes fui até marginalizado, porque as pessoas – os políticos – não tinham nenhum atrativo por darem entrevista à *Luta Democrática*.

O jornal tinha esse perfil sensacionalista, mas ele dava esse tom também às matérias políticas?

Publicavam o que eu escrevesse. O jornal não tinha nenhum interesse específico pela política. Eu escrevia, eles publicavam.

Ele era um jornal que pertencia a um político. Isso não tinha alguma interferência na forma de cobrir a política?

Não, eles me deixavam até com certa liberdade de ação.

Era o início da ditadura. Você já sentia nesse começo o peso da censura, da repressão? Como era?

Durante o período da *Luta Democrática* não deu. A censura não se importava com a *Luta*. Deu para sentir dois anos depois, quando eu entro nos Diários Associados, n' *O Jornal*.

Por quê?

Porque a censura funcionava com rigor. Tinham assuntos que eram proibidos e a direção da empresa se acomodava com uma espécie de autocensura.

Como os repórteres lidavam com isso? Tinha algum conflito entre a direção das empresas jornalísticas e os repórteres? Como isso se passava?

O secretário de redação simplesmente baixava: "Isso não pode publicar". Então, a gente já sabia que tinha que procurar se acomodar à situação.

O repórter sempre busca um furo. Você se lembra de algum episódio em que você buscou um furo da política naquele momento?

Nós tínhamos n' *O Jornal*, nessa época, algumas pessoas muito interessantes, alguns repórteres investigativos de verdade, que cobriam, por exemplo – eram repórteres políticos –, mas cobriam a área militar. Era um tipo especial esse cobrir a área militar, porque tinha que se acomodar bem com o coronel, o sargento ou o tenente e, ao mesmo tempo, divulgar algumas coisas. Então, ele vivia sempre no fio de navalha.

Como é a história do suposto resfriado do [presidente] Costa e Silva?

Ah, sim... Se eu não me engano, o general [Jaime] Portela era o chefe da Casa Militar do Costa e Silva. E através de um repórter – um repórter agudo, bem investigativo, que sabia trabalhar com os militares –, nós começamos a desconfiar que esse tal resfriado do Costa e Silva estava demorando muito. E aí publicamos uma nota de gozação. O general Portela não gostou nem um pouco. Mandou me dizer que eu ia ter um resfriado prolongado.

Isso lhe causou problemas dentro do jornal?

Deu um susto na reportagem, porque o general Portela, chefe da casa militar, em pleno período de vigência dos Atos Institucionais, chega para um repórter e faz essa ameaça velada: causa um frisson.

Nesse caso do Costa e Silva, que vocês publicaram essa notinha e vocês viram o incômodo dos militares, naquele momento ficou claro que não era resfriado coisa nenhuma ou vocês tiveram que apurar e correr atrás?

Pouco depois de publicar a nota, nós tivemos certeza de que o Costa e Silva tinha tido um derrame. E aí as coisas se esclareceram.

Nesse tempo, há um processo de endurecimento da ditadura. Como vocês faziam pra tentar burlar a censura? Tinha essa iniciativa ou prevalecia uma autocensura mesmo, os repórteres sucumbiram a isso? Como era a situação?

Tinha sim, tinha, tinha a iniciativa. Nós tivemos até uma forma de organização de burlar a censura. Nós criamos – o Villas-Bôas [Corrêa] até esteve aqui – o “clube dos repórteres políticos”. O secretário geral do clube, veja só: o Caó. Presidente do clube: Carlos Chagas, que era editor político do jornal *O Globo*. E através de almoços que nós faríamos, nós conseguimos burlar um pouco a censura. E conseguimos até entrevistar pessoas que estavam mais ou menos banidas do noticiário: [Carlos] Lacerda foi entrevistado comigo, no almoço inclusive que eu era o presidente. Jarbas Passarinho. Esse inclusive me deu uma indireta muito pesada: terminado o almoço no edifício Serrador, ele me chamou, assim, à parte. “Pois não, ministro” – ele era ministro da educação. – “Como é o teu nome?” “Carlos Alberto Oliveira dos Santos – aí eu também fiz um pouco de chiste com ele – nascido na cidade de Salvador.” “Você nunca foi preso não?” Eu disse: “Não”. “Tome cuidado que pode ser”.

Mas isso ele estava falando em função de alguma coisa que você fez entrevista? O que foi?

Por causa da condução do almoço. Procurei dar liberdade de atuação a todos aqueles repórteres, a fazer as perguntas mais incisivas. Anos depois me encontrei com Jarbas Passarinho no Congresso Nacional, em plena Constituinte. E aí não falamos no incidente, mas era como se tivesse falado.

Então, vocês conseguiam, de alguma forma aí nesse momento, trazer essas autoridades para um almoço com jornalistas. E depois do AI-5 [Ato Institucional nº5]? Essas coisas ainda são possíveis, essa proximidade dessas fontes? Como fica a situação das fontes para a reportagem política depois do AI-5, que é um momento tão determinante na ditadura?

Em relação ao passado, se tornam menos freqüentes essas conversas dos jornalistas com as fontes, mas assim mesmo, ainda é possível.

Vocês faziam como? Cada jornalista político precisava ter as suas fontes?

Claro, tínhamos. Há uma história do Tarcísio Holanda, que era um brilhante repórter político, meio boêmio, tudo isso... Uma madrugada, liga para a residência do Cordeiro de Farias. "Mas Tarcísio! Isso é hora de me ligar?" "Deixa disso, velho! Tu estás a conspirando!" Uma certa relação de amizade que se fez com o Cordeiro, de modo que ele podia dar esse telefonema e fazer exatamente esta brincadeira.

Antes do AI-5, o ano de 1968 é um ano marcado por fatos que mostram a sociedade se mobilizando, nas ruas, nas passeatas dos estudantes. Como a imprensa cobriu esse crescendo de mobilização? Como era a cobertura?

Na verdade, havia uma certa gota de rebeldia dos jornais e desconhecimento das regras impostas. Mas se escrevia de forma muito cuidadosa. Há os versos de Camões – você deve se lembrar que *O Estado de S. Paulo* preenchia os lugares censurados com os versos de Camões. Havia formas, meios de se burlar a censura.

Você estava n'O *Jornal* que pertencia ao Assis Chateaubriand (morre em 1968). Você ainda pegou o Chateaubriand participando da redação?

Não.

O Chateaubriand é um cara que foi marcado historicamente por, muitas vezes, ceder ao poder, às vezes se opor, dentro dos interesses dele. Qual era a postura d'O *Jornal* em plena ditadura?

O Jornal compunha com a ditadura. Tinha seus momentos de prática de uma relativa liberdade de imprensa, mas no essencial apoiava o regime militar.

Depois você vai para a televisão - na verdade, é simultâneo - a TV Tupi. Como era a televisão nessa época?

É engraçado. Nós fizemos a televisão brasileira, eu acho que nós realmente tivemos esse ineditismo. O primeiro jornal com entrevista, o jornal crítico da televisão, chamado *Perspectiva*, procurava ir além do fato: analisar o fato, suas repercussões, o contexto em que estava situado. Eu me recordo bem. (Me recordo pelo fato de que, naquele dia, o Pelé fez o gol mil. Bateu o pênalti contra o goleiro Andrada, do Vasco da Gama). Qual era a principal matéria do *Perspectiva*? Maquiavelismo: o que é ser maquiavélico. Então, nós íamos desde a abordagem mais simplista e da dissimulação até como arma dos fracos.

Mas um jornal desses sobrevivia à censura? Como era?

A censura não alcançava o tom das críticas nesse nível não. É por isso que eu acho que nós aí usávamos da inteligência. Fazíamos coisas inteligentes, até naturalmente brilhantes, que ela não alcançava.

Quem fazia esse programa, o *Perspectiva*?

Deixa eu ver... você está querendo que eu me lembre de coisas de trinta anos atrás. Tinha um grupo de editores, eu era um dos editores, fazia política. Tinha o Herval Faria, que trabalhava no BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. Deixa eu ver se me lembro de mais nomes, está difícil de lembrar... Ele está em Brasília agora, mas não consigo me lembrar.

Era ao vivo?

Era ao vivo.

Qual era a dificuldade de fazer um programa ao vivo?

A dificuldade começava pelo tempo de que a gente dispunha. Dispunha de pouco tempo para poder editar o jornal. E editar televisão requer muita imagem. Era essa nossa principal dificuldade, mas nós conseguíamos superar. Botávamos o *Perspectiva* ao vivo.

Era um programa inspirado em algum outro? Competia com outro programa? Como era?

Não. Foi uma iniciativa de um grupo de jornalistas que aportaram à TV Tupi.

Qual era a importância da TV Tupi nessa época?

Ah, nessa época, a [TV] Globo estava se iniciando. A TV Tupi era a líder.

Era um programa em que horário? Você lembra?

Nove horas da noite, por aí assim.

A pauta era principalmente o quê? Principalmente política? Era geral? Como era?

Assuntos gerais. Um tema central e vários outros subtemas.

Era um programa que você aparecia no vídeo? Eram vários comentaristas ou era um só locutor? Como é que era?

Inclusive tem uma mulher que hoje faz até o anúncio no aeroporto... Um anúncio de chamada do aeroporto... Íris Lettieri. Trabalhava a Iris Lettieri no programa. E

era um programa onde cada um ficava com a elaboração do texto daquele tema. Eu fui ao ar. Exigi apenas que eu fizesse uma espécie de teste no horário do meio dia. Uma programação no meio dia, um jornal. Então, eu fazia ao vivo comentários políticos e econômicos. Fiz até o momento em que – e aí é que muda tudo – eu sou chamado a Salvador para um processo da época de movimento estudantil e me condenam a dois anos de prisão.

Qual era a alegação?

O fato de ter sido vice-presidente da União Nacional dos Estudantes e ter participado de todas aquelas atividades ditas subversivas do movimento estudantil. E me recordo também que a essa época pesava grave acusação contra mim. É que eu teria feito, com o "ouro de Moscou", o Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido. Que foi realmente uma coisa notável! Tinha desde chineses, soviéticos, iugoslavos, norte-americanos. Todos esses reunidos durante uma semana em Salvador, na Bahia, em 1962. Junho de 1962.

Essa era sua subversão?

É. Então, eu encerrei minha carreira na televisão, porque na prisão eu fui informado, até com certo respeito, pela direção da TV Tupi que não poderia segurar o meu emprego e que iria me demitir. O que eu podia fazer? Estava preso...

Você ficou preso dois anos?

Seis meses e 17 dias.

Como foi sua prisão? Você ficou em Salvador? Como foi a situação?

Fiquei em Salvador, numa casa chamada Santo Antônio – parece o nome de Santo Antônio - a gente brincava que era uma cadeia tripartite. Porque no solo, tinham os presos comuns. Primeiro andar, os presos políticos. Segundo andar, as presas mulheres. Mas nós trocávamos muitas informações. O pessoal da prisão comum cortava os nossos cabelos... Era um ambiente, de certa forma, sob esse ponto de vista, saudável. É claro que havia pressões intoleráveis. Recordo-me que estive presa lá uma jovem chamada Chantal, suíça, que teria participado de um assalto a um banco lá. O primeiro e, talvez único, assalto que houve em Salvador. Assalto político. No dia em que ela foi presa, ela foi recolhida a essa casa de detenção. Então, eles fizeram um verdadeiro escarcéu. Botaram soldados na porta do grande casarão onde nós ficávamos e criaram um clima de tensão realmente intolerável.

Lá tinha tortura?

Não.

Quando você sai da prisão o que acontece com você?

Eu volto para o Rio. Digamos que eu fui solto hoje, passei dois ou três dias em Salvador e vim embora para o Rio. Eu já era um homem casado, pai de um filho – o Cacau, Carlos Sá de Oliveira. Vim pra cá. Ocorreu que eu fui avisado de que não era recomendável eu tentar continuar como repórter político e que minha carreira havia se encerrado aí. Que eu fosse pra outra reportagem, reportagem econômica, eles não queriam saber. Não gostariam de me ter na reportagem política. Inclusive, uma das pessoas que me visitou no período em que estive preso na casa de detenção em Salvador, foi o Villas-Bôas Corrêa.

O Villas foi lá como amigo?

Foi solidário, jornalista solidário. Foi me visitar, ver como eu estava, se era bem tratado.

Por falar nisso, quando acontecia uma situação dessa com um jornalista nessa época, o Sindicato dos Jornalistas e a ABI faziam alguma coisa? Como era a atitude dessas entidades?

Iniciava um movimento de solidariedade. O meu sindicato não, o meu sindicato estava comprometido com os interesses patronais. Mas a ABI [Associação Brasileira de Imprensa] sempre tomou uma posição firme em defesa do jornalista preso.

Conta como era a situação do sindicato naquela época.

O Sindicato estava alienado dos problemas centrais da categoria: liberdade de imprensa, liberdade de informação, defesa e valorização da profissão. Estava alienado. O sindicato passa realmente a se preocupar com o ser jornalista, o contexto social em que ela atua, com os problemas de valorização profissional - sem nenhuma modéstia - a partir da minha gestão.

Nessa época da ditadura, o que acontece com o Sindicato? Tem algum tipo de intervenção? Os militares colocam lá a pessoa que interessa a eles? O que acontece? Quem é que estava na frente do sindicato? Como as coisas se passam?

À frente do nosso sindicato estava o José Machado, que era um homem comprometido com essa gente que governava o país, de modo que nada lhe acontecia. O sindicato vira de posição, muda de posição e se torna uma das forças

que, no Rio de Janeiro, procura reunir a resistência, a luta pela democracia a partir da nossa gestão, em 1978.

O Machado tinha sido eleito?

Tinha sido eleito.

Pela categoria?

Foi reeleito, foi "treeleito".

Por que a categoria votava numa situação que não contemplava os seus interesses?

A categoria estava meio amortecida. Não estava em condições e posições de se mobilizar. Quando ela começa a se mobilizar, o que ocorre? Ela elege um Caó presidente do sindicato.

Antes de chegar em 1978, vamos explorar o que acontece com você como jornalista e depois da prisão. Então, você não pode mais ser repórter de política e você vai fazer o quê?

Vou fazer Economia. Fiz até cursinho para poder aprender Economia. Fiz um cursinho no Conselho Nacional de Economia e me entrego totalmente à reportagem econômica no *Jornal do Commercio*. Em seguida, dois anos depois, vou para o *Jornal do Brasil*.

No *Jornal do Commercio*, você fica entre 1970 e 1972 e pega ainda um pouco a questão do milagre econômico. Então, você é um cara que está cobrindo economia num momento em que a economia torna-se um assunto muito importante. Na ditadura, qual era a possibilidade de ter uma visão crítica do chamado "milagre"?

Não era fácil. Porque um homem chamado Delfim Netto conseguia ter uma dominância muito grande do noticiário. A economia passa exatamente a ter alguma visão crítica a partir do momento em que nós fundamos a Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças.

Quando foi isso?

Isso foi em 1972. Aí nós começamos a discutir programa nuclear, chamamos inclusive pessoas que tinham uma posição ligeiramente crítica, pessoas nacionalistas, como o presidente do BNDES na época, Marcos Vianna, que dentro do governo Geisel desempenhou um papel muito importante no financiamento da

produção de bens de capital, pois o Brasil tinha uma balança comercial negativa nesse setor. Começa a se fortalecer o empresário privado nacional, o que foi - isso não se pode negar - realmente uma conquista do governo Geisel.

Esse grupo dos repórteres de economia e finanças conseguia congrega todos os jornalistas de economias de diferentes veículos?

Conseguia.

Porque, então, tinha veículos que eram mais combativos e outros mais aderidos, como era o debate entre esses jornalistas?

Conseguia. Nós tínhamos... Os principais repórteres econômicos se reuniam na AJEF [Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças].

Quem eram eles? Esses principais repórteres econômicos?

Vou dar um nome até de um falecido: Sérgio Danilo. Nelson Lemos, *d'O Estado de São Paulo*. Herval Faria, também um falecido. Johnson Santos, *d'O Globo*.

Você falou que, por exemplo, vocês discutiam política da energia nuclear, os acordos nucleares e que são temas polêmicos, no sentido de que são temas estratégicos do governo militar e que não devia ser fácil mexer nisso. Estou lembrando que o JB [Jornal do Brasil], por exemplo, na década de 1970 chegou a ter problemas quando publicou algumas matérias sobre acordo nuclear Brasil-Estados Unidos. Houve episódios de você estar num jornal ou observar outros jornais que sofreram algum tipo de pressão?

Nós causamos um ligeiro frisson quando convidamos o Embaixador da Alemanha - da República Federal da Alemanha - para uma entrevista sobre energia nuclear. Deu uma confusão que não tem mais tamanho, porque ele chegou lá, deitou falação... enós, no dia seguinte...

Não tinha censura, não tinha pressões sobre os jornais? O que acontecia?

Claro, tinham pressões, tinha inclusive censura. Certas matérias não poderiam ser publicadas. Eu me recordo que eu escrevi uma matéria sobre a aplicação do PIS [Programa de Integração Social] na Bolsa. E essa matéria desenhava claramente que os recursos dos trabalhadores tinham se perdido na Bolsa. Isso deu uma confusão que não tem mais tamanho. Tanto assim que o repórter que levantou essas informações me disse: "Caó! Querem me demitir!"

Depois, como você chega ao JB?

Estou no *Jornal do Commercio* e aí sou convidado pra ir para o *JB* pelo Noenio Spinola e vou pra lá. Acontece que tive uma ascensão meteórica, porque dois anos depois eu já era editor de Economia do *Jornal do Brasil*.

Como era o *Jornal do Brasil* nessa época?

Era uma verdadeira escola. Trabalhar no *Jornal do Brasil* elevava o nosso prestígio.

Quem estava lá no *Jornal do Brasil* nessa época?

Alberto Dines.

E na editoria de Economia, quem é que você chefiava?

Não, antes eu fui chefiado pelo Noenio Spinola.

E quando você se torna editor, quem é a sua equipe?

A minha equipe é a mesma do Noenio.

Mas quem era?

Carlos Alberto Wanderley, Hélio Bacelar.

Qual era o espaço dedicado à Economia?

A Economia tinha um espaço grande, cerca de dez páginas por dia.

Nessa época, alguns jornais como *O Globo* fazem até cadernos especiais como o *Panorama Econômico*. O *JB* fazia alguma coisa do tipo?

Fazia. Tinha a Revista Econômica do *Jornal do Brasil* que era muito famosa. Eu me recordo de dois episódios interessantes. O primeiro é quando nós conseguimos introduzir na Revista Econômica a discussão das matérias sociais: distribuição de renda, por exemplo. Quem introduz somos nós. Todo mundo: "Não, não sei o quê..." "Não. Vamos fazer um caderno sobre mercado de trabalho no Brasil". Fizemos e deu certo. E o segundo momento é que eu estava caçando uma entrevista do Delfim [Netto] em que o Delfim dissesse da própria boca: "A economia bateu no seu teto de expansão". O que é que significava isso? Significava que o que bate no teto, cai. Se bateu no seu teto, caiu. Eu estava procurando essa frase do Delfim, porque havia uma figura extraordinária, por que eu tenho uma grande admiração (ele já está morto) Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. Um dia, eu chego lá no IBGE, o Isaac me mostra um mapa e diz: "Caó, leia isso aqui. Não vou dizer nada, quero apenas que você leia". Eu li e tinha: Balança Comercial, Índice de Preços ao

Consumidor, Desenvolvimento Industrial, Indústria de Transformação e Desenvolvimento Agrícola. Era um quadro imenso - cabia-se uma mesa - desde 1925. Eu olhei, olhei aquilo e falei: "O que o senhor está querendo fazer com isso?" "Eu quero que você leia e faça a sua interpretação". Olhei, olhei, daqui a pouco eu percebo que há um período em que o produto da indústria de transformação cresce bem alto, acima dos 7%. Os preços caindo. Balança Comercial com superávit. Aí eu cheguei e traduzi para ele e disse: "Não está certo." "E agora Caó, como é que ficam as coisas?" Eu digo: "É, batemos no teto, não é professor? Vem aí a crise." Isso era 1972.- "Está correto. Caó, aproveita. Agora: eu não lhe dei nada disso; é problema seu, cabe a você. A interpretação é sua". Aí eu buscava pelo Delfim para exatamente legitimar esses dados, que o milagre brasileiro havia acabado. E fiz o caderno de economia do *Jornal do Brasil* assim: "A economia bateu no seu teto de expansão, logo, o milagre acabou". Mas não disse isso, com essa rudeza.

Teve repercussão isso?

Teve, porque o Delfim leu. Esse foi um dos grandes momentos do *Jornal do Brasil*, tanto que esse caderno... O que nós fizemos nesse caderno? Inovamos. Os grandes caricaturistas do *Jornal do Brasil* foram chamados a ilustrar matérias econômicas. Nós dávamos um texto a eles do que queríamos dizer e cada um deles ilustrava. O Ziraldo, [Orlando] Mollica, Lan [Lanfranco Vaselli], todos eles fizeram suas caricaturas e o caderno ficou uma beleza.

Você estava contando essa história em que sua fonte foi o IBGE. Como é que era o acesso a esses institutos de pesquisa? Tem o IBGE, o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], a Fundação Getulio Vargas, que estavam pesquisando certamente e descobrindo alguns índices. O IPEA, por exemplo, pertencia ao governo. Como era o acesso a essas instituições?

A Fundação Getulio Vargas sempre foi mais restrita, fechada. O IBGE, a grande obra do Isaac Kerstenetzky é que ninguém metia a mão no IBGE. Ninguém procurava limitar ou estabelecer condicionalidade para o IBGE. O IBGE prestava serviço à sociedade. Então, ali a gente ia e já sabia que tinha todos os números que quisesse, todos os indicadores que precisasse.

E o IPEA?

O IPEA terminou seguindo a carreira do IBGE, mas o IBGE, no período Isaac, lavrou um tento. Dizem que na Fundação Getulio Vargas, houve interferência do governo

para, por exemplo, dar o dado de que a inflação foi 12%, embora a Fundação não tivesse obedecido a isso.

A figura do Delfim Netto paira aí esse tempo, todo dominando. Como ele lidava com a imprensa?

Ele tinha uma boa assessoria e ele tinha conversações em privado com um grupo de jornalistas. Inclusive eu vou até contar uma coisa que eu não sei se deveria contar. Eu me torno editor de economia e resultado: primeiro desafio tem que fazer uma entrevista com o Delfim. Eu vou lá um certo dia, às nove horas da manhã. Chego lá em ponto. Daqui a pouco, entra o Delfim na sala e manda botar uma luz vermelha para não ser interrompido e ficamos eu e o Delfim sozinhos. E o que acontece durante o momento em que nós ficamos sozinhos? Eu, um certo grau de esperteza, botei duas folhas de papel. Uma aqui, para anotar as coisas que ele realmente dizia e a outra aqui, as contradições. Lá para as tantas ele vira assim para mim e diz: "Se você quiser, podemos usar um gravador. Você está com dificuldades aí, não é?" E eu digo: "Não, ministro, não tem problema. Aliás, eu quero lhe perguntar..." Nessa época, eu fazia um curso de mestrado em ciência política na EBAP [Escola Brasileira de Administração Pública] e tinha acabado de fazer uma monografia sobre Max Weber. Aí descasquei o Max Weber sobre o Delfim. Ele olhou assim: "Onde você aprendeu isso, menino?" Falei: "Isso é do meu dia-a-dia". Aí, contestando, contestando, ele vira assim para mim e diz: "Há muito tempo em que eu não tenho um jornalista como o senhor. Fico muito alegre com isso, senhor." Eu saio dali e vou para a minha casa – eu morava em Santa Teresa – e ligo pra minha mulher: "Faz as contas aí, vamos precisar de uns três meses, porque eu vou ser demitido." "Mas por que, Betinho?" (Ela me chamava de Betinho) Disse: "Dado esse episódio com o Delfim..." "Não! Não vai acontecer nada não, deixa pra lá...". Aí, daqui a pouco, toca o telefone do Dines para mim: "Caó, chega aqui mais cedo, quero falar com você!" Eu vou e sabe o que o Delfim tinha feito? Telefonado para Nascimento Brito para dizer que há muito tempo ele não tinha um jornalista tão inteligente quanto eu. Quer dizer, querendo me ganhar.

Depois vem o episódio da sua demissão do jornal. Você foi demitido do JB, foi isso? Que circunstância é essa?

Minha demissão do *Jornal do Brasil*: há várias versões, uma entrecortando a outra. Eu sei que essa demissão me levou a arranjar uma viagem a Paris para conversar com o Delfim. Eu fui lá e ele todo poderoso, mas eu fui lá. Eu já estava na revista *Veja*. Eu vou a Paris, ele me conta a seguinte versão: era mentira, ele não tinha se envolvido na minha demissão. Ocorreu é que eu estava aparecendo demais pelo

Jornal do Brasil. E aí me conta um episódio que se passou realmente. Estávamos na ADEMI, ali na Rua do Carmo – ADEMI é a Associação das Financeiras [Associação das Empresas do Mercado Imobiliário]. Almoço do Mário Henrique Simonsen. E o Mário Henrique Simonsen gostava muito de mim. E eu estou vendo o Mário Henrique lá, servindo-se de um papelzinho amarelo para responder às indagações dos empresários. Aí eu chego lá: “Ministro, me dá esse papel?”. Aí ele me deu. Aí, nós realmente fizemos manchete com as anotações dele. Então, alguém viu que isso era uma saliência minha e disse que eu tinha deixado de lado o cerimonial para poder revelar intimidade com o ministro. Isso realmente foi verdade. Então, o Delfim disse que a minha demissão se deveu a isso. Eu sei também que a demissão se deveu ao fato de que o *Jornal do Brasil* - a direção do jornal - se sentiu um pouco incomodada em que um negro, um negão igual a mim, fosse o representante do jornal junto ao empresariado.

Vamos explorar também esse assunto que, afinal, a sua militância política é também dentro do movimento negro. Qual o lugar e as dificuldades pelas quais passava um jornalista negro nesse tempo em que você começa no jornalismo? Você contou um episódio que supostamente teria a ver com isso, não é?

Você sabe como é a discriminação em nosso país. É de bom tom e não é de bom tom. Era ruim para o administrador público discriminar um editor do *Jornal do Brasil*. Eu me lembro que o senhor Ângelo Calmon de Sá era presidente do Banco do Brasil e eu fui fazer a entrevista com ele. Cheguei, entrei normalmente e a admiração dele: “É o senhor mesmo o editor de Economia do *Jornal do Brasil*?” Você nota aí que há um viés de discriminação. Então, não era fácil, por exemplo, assim: “Ah! Aquele negro!” Não dava, assim não dava. Mas sempre, de subterfúgio, indiretamente, havia a tal discriminação.

Do *JB* você vai para a revista *Veja*. Isso em 1974. Qual é a situação da *Veja* naquele momento? O que era a *Veja*?

A *Veja* estava sobre forte censura. Tinha que inventar mil fórmulas para fugir da censura.

Você se lembra de episódios sobre disso?

Não. Sobre Economia não, mas tem sobre outros assuntos, deixa eu ver se eu... Não me lembro de um episódio assim não.

Quem que comandava a *Veja*?

Mino Carta.

Você vai pra *Veja* ainda como repórter de Economia?

Repórter e editor assistente de economia.

Qual era a diferença entre trabalhar num jornal diário e de trabalhar numa revista semanal?

A revista me dá mais tempo para pensar e, igualmente, mais tempo para elaborar matérias. E aí a gente, de vez em quando, conseguia sacar alguns furos na revista *Veja*. Por exemplo, a ruptura do monopólio do petróleo saiu na *Veja* e era uma decisão que o Geisel estava guardando a quatro chaves.

Como a Editora Abril era? Ela dava liberdade pra atuação?

Nós tínhamos ali total liberdade de atuação.

A gente está falando do período de 1974. A *Veja* estava com censura dentro da revista? Como era?

Tinha censura lá.

Nesse quadro de censura, cresce muito a informação em *off*? Como é?

Para a Economia, principalmente, cresce.

Por quê?

Porque a Economia se transformou numa questão de segurança nacional. Você se lembra aí da frase de um desses generais que se irritava profundamente com as críticas à correção monetária e chegou a ser uma questão de segurança.

E nessa relação do *off*, você tinha fontes importantes no governo?

Ah, tinha sim.

Quem era?

Nada mais, nada menos que João Paulo dos Reis Velloso.

Que era o Ministro do Planejamento.

É...

Você falou de três ministros fortes: Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. Tinha diferenças na forma como essas pessoas passavam informação?

O Delfim exerceu um controle muito forte, ele não diria um milímetro daquilo que era permitido dizer. O Reis Velloso e o Mário Henrique Simonsen, nem se pode falar. O Mário Henrique Simonsen tem um episódio em que ele me convidou para ir à Brasília num domingo e lá vou eu. Lá comemos, bebemos e à noite fomos à casa dele, onde ele jantava com a esposa, com a mãe da esposa e, só depois desse convívio, é que nós conseguimos fazer a entrevista. Fizemos a entrevista, isso já era sete horas da manhã. E ele termina a entrevista – para você ver como era o Mário Henrique Simonsen – tocando *Carmina Burana*. Então, é claro que nessa entrevista não houve nenhum controle. E até hoje eu não sei como é que eu consegui transcrever a fita depois.

Essa entrevista com o Mário Henrique Simonsen, que talvez ele tenha falado demais, tinha alguma coisa polêmica no dia seguinte no jornal? O que era?

Tinha informações que realmente eram polêmicas como, por exemplo, a questão do balanço de pagamentos do brasileiro, que na conta corrente estava em situação crítica e que ele admitiu francamente.

Isso depois teve alguma repercussão para ele ou para a revista?

Pode até ter tido, mas a gente não dava para... Agora, a maior entrevista que nós fizemos na época – talvez tenha sido a única entrevista exclusiva que ele deu – foi com o presidente Geisel.

Ele deu uma exclusiva para a *Veja*?

Não. A um grupo de jornalistas selecionado por nós. Essa aí teve repercussões.

Por quê?

Primeiro. A entrevista foi cercada no maior sigilo. A ordem era: se vocês comentarem, não haverá entrevista. Resultado: como tudo o que acontece com jornalista, o sigilo virou letra morta, de modo que, às vésperas da entrevista, todo mundo já sabia que Caó, Johnson Santos, Ítalo Ramos, Suely Caldas... éramos cinco ou seis que íamos fazer a entrevista. Então, diminuíram a entrevista para 15 minutos. Aí nós ensaiamos, estabelecemos quem é que fazia tal pergunta, quem é que não fazia, a intervenção de cada um. Lá no Palácio, terminada a entrevista, já estávamos de pé conversando com o presidente Geisel, ele se vira para nós e diz:

"Eu quero combinar com vocês o seguinte: nenhuma palavra que eu disse aqui vai poder ser divulgada. Está proibido!" "Mas presidente..." foi aquele chororô nosso. Até que sentamos. E aí, eu tenho uma intervenção que, por sinal, foi muito feliz. Disse: "Presidente, eu reconheço que o senhor tem seus problemas de não querer dar entrevista, até entendo que o senhor não queira dar essa entrevista. Então, vamos fazer o seguinte, senhor presidente: nós não vamos botar aspas em nada; "disse Geisel", não vamos. Podemos até dizer que, conversando com seus amigos soubemos disso..." "Está certo, assim está certo. Está combinado." Dali nós saímos e aí eu ficava com a seguinte questão: eu ficava com a responsabilidade de escrever tudo o que os outros haviam escrito, que era no final de semana. Vamos admitir que estivéssemos estado com Geisel numa terça-feira, teria que escrever até domingo. O que é que eu faço? Eu me viro para o [João Paulo dos Reis] Velloso e digo: "Ministro! Estou precisando ler a entrevista dessa gravação dessa entrevista com o presidente Geisel." "Não, Caó! Isso não tem aqui!" Eu disse: "Mas como não tem? O mínimo de competência de um serviço de segurança é ter gravado a entrevista com o presidente Geisel." Aí ele: "Tudo bem! Eu vou ver!" Em seguida, ele me liga: "Tudo bem, venha ver!". Lá vou eu para o Palácio, chego lá – eram esses gravadores imensos ainda, tudo gravado – aí o coronel: "Quanto tempo o senhor precisa?" Eu digo: "Em meia hora eu resolvo isso." Coisa alguma: meia hora, uma hora, uma hora e meia, duas horas e estou eu lá tirando do gravador. Tiro tudo, escrevo tudo. Em que conversa com seus amigos o presidente Geisel teria dito isso? Nas suas reflexões... E sai publicado. Eu não tomo nem mais conhecimento, aquilo passou, morreu. Dois ou três meses depois, eu recebo um convite do Velloso para ir à Lorena, um município aqui que faz fronteira entre Rio e São Paulo. Era a inauguração de uma fábrica produtora de bens de capital do grupo Teixeira de Castro. Lá vou eu. Naquela época, havia uma espécie de cercado, a imprensa ficava num cercado e as autoridades em outro. Daqui a pouco, eu só vejo aquela voz: "O Caó! Como é que vai Caó?" Eu digo: "Bem, presidente." "Mas Caó, como é que você faz aquilo comigo? Eu disse ao senhor, não combinamos que não publicaria nada do que eu dissesse?", eu disse: "Combinamos sim, presidente. Mas combinamos que não publicaríamos nada entre aspas. Não há uma só aspa. Aliás, presidente, o que eu preciso é que o senhor me conceda uma entrevista exclusiva." "Olha aí, Velloso! Ainda fica de brincadeira comigo, o Caó! Olha aí a brincadeira dele!". E terminou aí a conversa. É porque tinha umas frases dele meio brabas...

Tipo o quê?

"Multinacionais: não sabemos se elas ingressaram no Brasil para o bem ou para o mal". Coisas assim, meio polêmicas.

Essa entrevista, de qualquer forma, de 15 minutos em que ele recebeu vocês lá, já era um movimento de aproximação da imprensa nesse processo de distensão? Como você lê isso?

Foi interpretado assim, como uma entrevista que foi capaz de abrir portas. Foi inclusive dito que isso foi um marco na caminhada do país para a normalidade democrática.

Você lê isso assim também?

Eu leio. Hoje eu leio.

Nessa mesma época em que você está na *Veja*, você concorre à presidência do Sindicato dos Jornalistas. Como essas coisas se passam? Como você tinha descrito, você tinha o Machado, uma situação de uma categoria que não se mobilizava. O que muda? O quê que possibilitou a sua campanha ao Sindicato?

O que possibilitou foi um movimento chamado "Unidade e Ação", uma grande mobilização da categoria profissional de jornalistas e daqueles que mantêm relação jornalística. Advogados, a classe média intelectualizada.

Então, foi uma campanha que tocou mais do que o jornalismo?

Claro. Foi uma campanha que foi além do Sindicato dos Jornalistas. Eu diria que a opinião democrática do Rio de Janeiro, pela primeira vez, fez uma união visando ao Sindicato dos Jornalistas.

Isso tem a ver com o momento político da época?

Seguramente.

Por quê?

Era um momento de grande efervescência na área sindical. Você tem as greves do ABC e outros movimentos grevistas, não só em São Paulo, como também fora. Isso fazia com que o Sindicato dos Jornalistas tentasse ser um pouco o intérprete dessas insatisfações, desse inconformismo.

Como é que vocês fazem a campanha para mobilizar a categoria? Vocês são bem recebidos quando entram nas empresas? Como acontecia? Tinha debates? Como vocês fizeram efetivamente?

Debates nos jornais. Essa campanha nossa teve inclusive *outdoor*. Tivemos alguns *outdoors* que foram dados por outras forças fora do Sindicato, fora da categoria profissional.

Mas vocês eram bem recebidos, por exemplo, pelos patrões, quando vocês entravam nas empresas? Como era?

Ah, falávamos, tínhamos debate. Tinha eleição. Tivemos inclusive... A formação da chapa foi extremamente democrática. Os integrantes da chapa foram escolhidos através de votação nas redações.

Quem eram os integrantes da chapa?

Argemiro Humberto Ferreira, Fichel Davit Chargel, André Motta Lima.

Essa chapa com esses representantes, também representavam grupos políticos? Que eram pessoas que tinham militância...

De certa forma representava sim.

Que eram quais? Vocês estavam ligados a quais grupos políticos?

O velho Partidão [PCB – Partido Comunista Brasileiro]. O velho Partidão teve uma representação muito forte. Eu pertenci ao Partidão.

A chapa era toda do Partidão?

Não. Aí era bem... Tinha independente, era bem dividida.

A sua relação com o Partidão vinha desde quando?

Desde a época de vice-presidente de Intercâmbio Internacional da União Nacional dos Estudantes.

Nessa mobilização na campanha pela presidência do sindicato, vocês tiveram algum problema com a ditadura? Algum tipo de cerceamento da ação de vocês, dessa ação sindical?

Tivemos várias tentativas e até me impugnaram. Foi um “deus-nos-acuda” para tirar essa minha impugnação.

Alegando o quê?

Subversão.

Mas ainda remetendo ao movimento estudantil?

Não, subversão agora já. Por atividade no movimento jornalista.

Mas você não tinha sido preso novamente, nem julgado por nada?

Não, fui preso em 1970.

Como se desenrola a campanha?

Nas redações e através de atividades extras, fora do meio jornalístico.

Qual foi a expressão da vitória de vocês? Concorre a chapa antiga e vocês. Vocês vencem por quanto?

Eu acho que foi muito expressiva a nossa vitória.

A plataforma de vocês era o quê? O que vocês propunham como mudança no Sindicato?

Nós propúnhamos que o Sindicato realmente assumisse o papel de defesa dos interesses jornalísticos: liberdade de informação, liberdade de pensamento e que, ao mesmo tempo, o sindicato dos jornalistas exercesse um papel de reunião das forças democráticas contra a ditadura militar. E ficou bem nítido o nosso programa de atuação.

Uma vez tendo ganhado o Sindicato, na sua gestão, você avalia que quais foram as principais conquistas do sindicato pra categoria?

Bem, nós tivemos uma conquista que foi fundamental: nós dobramos o piso salarial.

Em que momento é isso?

Em 1978. Dobramos o piso salarial. Essa realmente foi uma vitória que estava congelada há anos e anos.

Em 1979, teve uma greve de jornalistas em São Paulo. Nesse período, teve alguma greve de jornalistas aqui no Rio?

Não. Porque a minha tese é que jornalista não faz greve. Fazendo greve, ele se arrebenta. O jornalismo tem que exercer uma pressão permanente com vistas ao atendimento de suas reivindicações básicas.

Vocês já estão no Sindicato quando tem aquela seqüência de bombas, por exemplo, na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], na OAB [Ordem dos

Advogados do Brasil], no Riocentro... Qual foi a postura do sindicato nesse processo?

Ativa participação na frente dos movimentos. Nessa questão da bomba na OAB, o Sindicato teve um papel importante.

Como?

Na solidariedade às pessoas que foram atingidas e nos movimentos de mobilização de pessoas para combater esse ato de terrorismo. Bem como também o Sindicato teve um papel muito importante na recepção – aí já na época da anistia – aos exilados que haviam chegado. Eu tomei, inclusive, o zelo de ir ao [aeroporto do] Galeão e pegar os exilados na porta do avião pra evitar qualquer estripulia da Polícia Federal.

Quando vem a bomba do Riocentro – que já é 1981 – e que é um fato muito grave, ali nesse processo de abertura e que a imprensa vai ter todas as dificuldades de construir uma versão diferente dos militares. O Sindicato vai ter uma postura, um acompanhamento desse processo de apuração? Como foi?

Junto ao Cebrade – Centro Brasileiro Democrático – que era presidido pelo Oscar Niemeyer. Nós tivemos uma posição firme de atuação e mais... Graças ao Centro Brasileiro Democrático, é que em 1977 ou 1978, o país faz o primeiro encontro de natureza intersindical. Organizado também com a participação do Sindicato [dos jornalistas]. Nesse encontro, onde estiveram presentes: Lula [Luiz Inácio Lula da Silva], Joaquinção [Joaquim dos Santos Andrade], Alemão [Enilson Simões de Moura], Djalma Bonh. E saiu a célebre Carta de Gragoatá, onde nós estabelecemos posições unitárias do movimento sindical brasileiro. E esse encontro foi muito importante, pois depois semeou a formação das centrais sindicais.

Qual era a situação dos sindicatos dos jornalistas Brasil afora?

Também se inicia Brasil afora uma fase de reforma, de renovação. É uma fase de muita busca de afirmação, porque o que se passava no Rio, também se passou em grande parte de outros Estados do país como, por exemplo, São Paulo, que tem a gestão do Audálio Dantas.

Então, essa renovação do Sindicato dos Jornalistas faz parte de um movimento maior do sindicalismo que, por sua vez, faz parte desse processo de abertura?

Claro. É verdade.

Nesse processo, vocês ainda encontraram dificuldades e conflitos impostos pela ditadura que, afinal, ainda não tinha morrido?

Sem dúvida. No Rio de Janeiro, nós criamos um movimento intersindical chamado Unidade Sindical e tivemos, com alguma habilidade, o cuidado de não nos isolarmos à esquerda. Houve inclusive sindicalistas pertencentes ao sistema. Basta dizer que a Unidade Sindical foi fundada na sede do Sindicato dos Comerciários, cujo presidente era Luisant Mata Roma. E aí é claro que a Unidade Sindical era à esquerda, mas, na sua composição, convivia bem com sindicatos possivelmente de direita.

Quando vem, então, um processo mais adiantado da redemocratização, com a campanha das Diretas Já, há uma participação do Sindicato nessa campanha? Como é? Tem um engajamento?

A Unidade Sindical do Rio participou. E participou firmemente, mas essa participação se dava via partidos políticos. Era posição, por exemplo, do PCB.

Isso se dava no Sindicato pela promoção de debates? Como acontecia?

A Unidade Sindical foi bem organizada. Ela tinha realmente uma direção que tinha periodicidade de reuniões. Começou no Sindicato dos Comerciários, depois foi para o Sindicato dos Rodoviários. E depois passou pelo Sindicato dos Bancários e ela sempre engordando, criando musculatura.

Você fica durante que período à frente do Sindicato?

Eu fico de 1978 a 1981 ou 1982, mais ou menos. Porque em 1982 eu me elejo.

Nesse período, como era a relação do Sindicato dos Jornalistas com o sindicato patronal?

Era pau puro.

Quem estava à frente do sindicato patronal?

Não me lembro. Não era alguém de expressão, não.

Quais eram os embates? Como era?

Econômicos. E quando nós apresentávamos proposição política, era rechaçado de imediato.

Que tipo de proposição política?

Participação na direção das empresas. E eram campanhas salariais duras, porque esse patronato dos jornalistas é dos mais autoritários que esse país conhece.

Você ainda pegou o Chagas Freitas à frente do sindicato patronal?

Não.

Desse seu período à frente do Sindicato, que outras questões você acha importante registrar?

Várias foram as tentativas de organização do Sindicato nas redações de jornais. Deu pouco certo, dada a repressão dos donos dos jornais, mas foi um trabalho muito importante que nós desenvolvemos.

Como que acontecia essa repressão dos donos dos jornais?

Demitia.

E houve mesmo isso efetivamente? Demissão ou era pressão?

Houve.

Você chegou a ter problemas na *Veja* por conta da sua militância sindical?

Tive sim.

Como ficou a sua situação na revista quando você se torna presidente do Sindicato dos Jornalistas?

Eu fui numa reunião com o senhor Robert Civita em que eles me disseram com toda clareza: "Caó, pagamos seu salário, mas não queremos que você trabalhe na *Veja*." "Mas o que isso, senhor Robert?" "Não, porque você faz uma matéria, você faz uma segunda, faz uma terceira. E na quarta, você se torna dono de uma coluna".

Como você avalia a atuação da ABI na ditadura e no processo de democratização?

O trabalho que nós desenvolvemos dentro do Sindicato sempre foi muito de acordo com a ABI. Eu me recordo que o Barbosa Lima Sobrinho – o velho Barbosa – chegava a dizer: "Caó, se você assinou a nota, pode botar a assinatura da ABI". Havia uma identidade de propósitos muito grande.

Em 1982 você deixa o Sindicato, porque você entrou para a política. Desde quando você tinha deixado o partidão?

Eu deixei o Partidão em 1981 ou 1982.

E quando você concorre, já é pelo PDT [Partido Democrático Trabalhista]. Você passa, então, para o outro lado, que é ser o objeto da cobertura dos jornais. De lá pra cá como você avalia a cobertura política que os jornais fazem?

Em termos de maior complexidade, de extensão, é claro que hoje a cobertura política é muito maior do que a da época da censura. Muito maior e muito mais aberta e franca. Então há, sem dúvidas, evoluções significativas na cobertura de imprensa nos assuntos políticos.

Mas você acha que a imprensa está muito pautada pelas denúncias? Ela consegue discutir política de uma forma mais cotidiana ou ela só privilegia alguns momentos de eleição? O que pauta a cobertura política e quais seriam as falhas?

Aí, no caso, é você distinguir a imprensa como atividade jornalística e a mídia. São situações diferentes. A mídia tem uma posição oligopolizada. Ela marca claramente o seu sítio de atuação que até sufoca o próprio jornalista. O que eu acho que está faltando na imprensa brasileira é a liberdade de atuação profissional dos jornalistas.

Você está remetendo talvez, àquela frase que as pessoas brincam: “não há liberdade de imprensa, há liberdade de empresa”. É isso?

Claro. A mídia se sofisticou, se organizou. Ela é, sem dúvida, um oligopólio no Brasil. Por exemplo, agora, um fato recente: a cobertura das eleições para a Prefeitura [do Rio]. Não há nada mais desigual do que isso. Eu me tiro até como exemplo, no meu partido. Qual é a possibilidade de expressão que tem o candidato do PDT? A ele são recusados todos os espaços possíveis, o que gera manipulações.

Como político que já passou por vários mandatos, como você vê a cobertura mais cotidiana dos jornais sobre a política? A pauta dos jornais dá conta, por exemplo, de esclarecer cotidianamente – fora do momento das eleições – para o leitor (que é o eleitor, o cidadão) o que faz um político como o vereador e como o deputado? O que falta nessa pauta da política? Aí a gente já não está mais falando das empresas, mas está falando da prática jornalística mesmo: de construir uma pauta.

Trata-se de ver o político como um ser substantivo, [ver] o que é que ele realmente pratica em defesa da população no exercício do mandato. Porque o político é um serviçal da população. Eu acho que falta isso.

E como ex-repórter de Economia, o que você acha da informação econômica produzida pelos jornais hoje?

Eu acho que podia ser um pouco mais didática. Não adianta chegar e dizer: "A crise da conta corrente do balanço de pagamento..." e não diz nada. Tem que explicar. Tem que explicar diretamente: o que é o balanço de pagamento; o que é o balanço de conta corrente, o que é o balanço de controle, porque influencia negativa ou positivamente na economia.

O que você acha que seriam os desafios para a luta sindical no jornalismo hoje?

Mais do que nunca, o sindicato deve operar como instrumento de animação da valorização profissional. Isso requer desde a busca de salário até condições de trabalhos com mais segurança para os jornalistas.

Qual é o desafio dessa cobertura da violência para os jornalistas hoje?

A empresa tem que dar condições de segurança ao jornalista para que ele possa, realmente, efetivar a sua profissão na área de segurança.

Como você vê essa iniciativa do Sindicato dos Jornalistas, de um projeto que quer justamente registrar a memória da prática jornalística?

Eu acho uma iniciativa altamente positiva e de grande significação. Vai ajudar e muito o jornalismo brasileiro.